

Sorteio indicará onde os fiscais do FNDE vão atuar

BRASÍLIA — O Presidente Collor participou ontem, em despacho no Ministério da Educação, da implantação do sistema de fiscalização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que são repassados aos Municípios. O Tribunal de Contas da União (TCU) tinha descoberto desvios de recursos pelos Municípios devido à falta de fiscalização pelo FNDE. Agora, haverá sorteios mensais para escolher os Municípios que serão visitados pelas comissões de fiscalização do MEC. Na primeira etapa, serão fiscalizados 101 Municípios de todos os Estados brasileiros que receberam Cr\$ 11,4 bilhões do FNDE no ano passado.

Na presença de Collor, o Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, o Secretário Geral da Presidência, Marcos Coimbra, o Chefe do Gabinete Militar, General Agenor Homem de Carvalho, e o Secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, fizeram o primeiro sorteio, no qual foram escolhidos os Municípios de Presidente Epitácio, Marínópolis e Mirassol, em São Paulo.

Preocupado em não deixar a impressão de que o sorteio de Municípios paulistas tivesse caráter político, o Presidente Collor fez questão de que Chiarelli deixasse claro que a fiscalização será feita em todos os Estados do País.

— É para não se achar que é só São Paulo — disse o Presiden-

Golpe mortal

AS FRAUDES contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que é financiado em 80% pelo salário-educação e já foi lesado no equivalente a US\$ 278 milhões, em certos aspectos encerram maior gravidade do que as praticadas contra a Previdência Social.

AS irregularidades e malversações envolvem recursos destinados a projetos

educacionais, como construção e restauração de escolas, o que significa matéria prima sonegada ao desenvolvimento brasileiro e à melhoria do nível de vida do povo.

TODA fraude atinge generalizadamente o organismo público. Mas a fraude contra a educação fere um órgão vital. Não tem justificativa nem perdão.

te, antes de verificar num computador que, no ano passado, foram repassados a Presidente Epitácio Cr\$ 120 milhões.

Os Municípios sorteados ontem — 7,5% dos 1.340 que receberam recursos do FNDE no ano passado — serão visitados por comissões de fiscalização, compostas por um representante das Delegacias Regionais do MEC, um professor, um auditor e estudantes de ciências contábeis das universidades federais que participam de um programa de cooperação técnica com o Governo. Segundo Chiarelli, o novo sistema é “mais moderno, isento e transparente” e permitirá a fiscalização dos recursos por “órgão isento e pessoas habilitadas”.

Antes da implantação do sistema, os Municípios que recebiam recursos do FNDE não prestavam contas ao Ministério da Educação, o que estava permitindo a ocorrência de fraudes. O TCU, único órgão a fiscalizar a aplicação desses recursos, constatou irregularidades entre 1985 e 1989. O dinheiro era aplicado em outras finalidades que não projetos educacionais, ou simplesmente sumiam das contas municipais. O novo sistema de fiscalização foi implementado pelo MEC dez meses após a advertência do TCU sobre a ocorrência de fraudes nos convênios.

No Rio, foram sorteados dois municípios entre os 27 que receberam recursos no ano passado: Cabo Frio e São Sebastião do Alto.